



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

# BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

JUNHO DE 2024 - EDIÇÃO 109 - WWW.MEF.GOV.MZ



**EM FOCO**

## MOÇAMBIQUE NA 59<sup>a</sup> REUNIÃO ANUAL DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

PÁG. 3



**DESTAQUE**

## O PAE VEIO PARA COLOCAR O SECTOR PRIVADO NO CENTRO DA TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA DO PAÍS

- Carla Loveira

PÁG. 4



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

# CARTA DE SERVIÇOS

### Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

### Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

### Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

### Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

### Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



# Moçambique na 59ª Reunião Anual do Banco Africano de Desenvolvimento



Uma Delegação chefiada por Mateus Magala, Ministro dos Transportes Comunicações e Coadjuvado pela Vice Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira e pelo Administrador do Banco de Moçambique, Jamal Omar, esteve em Nairobi, Quênia, a participar nas Reuniões Anuais do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e na Reunião do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) que decorrem de 27 a 31 de Maio do corrente ano.

As Reuniões Anuais constituem uma oportunidade para os Governadores do Banco partilharem experiências sobre gestão da Dívida Pública, financiamento climático e o elevado custo de capital para investir em infraestruturas sustentáveis para o crescimento verde e uma transição energética justa.

O Ex-Presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano participou como con-vidado especial no Diálogo Presidencial de Alto Nível que teve lugar no dia 29 de Maio sob o

lema “A Transformação de África, o Grupo Banco Africano de Desenvolvimento e a Reforma da Arquitectura Financeira Global. Esta sessão vai igualmente contar com a intervenção do Ministro dos Transportes e Comunicações que irá debruçar-se sobre o papel do BAD na arquitectura financeira global e a mobilização de recursos financeiros acessíveis, previsíveis e de longo prazo.

A Delegação de Moçambique fez parte das Reuniões Estatutárias do BAD (Conselho de Governadores do Grupo BAD e do Fundo Africano de Desenvolvimento), onde foram adoptados instrumentos e documentos sobre alocação de rendimentos para apoiar iniciativas de desenvolvimento em países membros de baixa renda bem como o que deve ser alocada para reservas e circunstâncias imprevistas.

O BAD é um dos principais parceiros financeiros em Moçambique, desempenhando um papel importante no dialogo sobre reformas económicas bem como no financiamento a projectos estruturantes

do país nas áreas de energia, transportes, agricultura e resiliência climática, agua e saneamento e outros e ainda no Plano de Reconstrução de Cabo Delgado, totalizando um portfolio de 1.03 biliões de USD, sendo que 67% está concentrado em operações do norte do país, 20% no centro e 11% no sul.

Importa salientar que o BAD registou, em 2023, um lucro líquido de UA 360,05 milhões, contra UA 175,28 milhões em 2022, implicando um aumento de rendimentos alocáveis para vários fins para UA 357,55 milhões em comparação com UA 83,92 milhões em 2022.

Fizeram parte da delegação quadros da Direcção Nacional do Tesouro, Cooperação Financeira, Direcção Nacional de Gestão da Dívida Pública, do MEF e do Departamento de Relações Internacionais e Protocolo do Banco de Moçambique.



## O PAE veio para colocar o sector privado no centro da transformação económica do País - Carla Loveira



**"Com o Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE), o desejo do Governo é de colocar o sector privado no centro de transformação económica",** considera a Vice-ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira, na 19ª edição da Conferência Anual do Sector Privado (CASP), evento que decorre em Maputo e que contou com a presença do Presidente da República, Filipe Nyusi, que procedeu a abertura deste encontro anual de empresários nacionais.

No evento de 3 dias que contou com cerca de 4 mil participantes que debateram assuntos ligados à economia nacional. Nyusi revelou que a economia moçambicana tem vindo a crescer de forma dinâmica nos últimos tempos, impulsionada pela implementação de reformas no âmbito da aprovação em Agosto de 2022, do Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE), facto que ditou a recuperação do desempenho das empresas e do índice do ambiente macroeconómico no País. Diante destes avanços, ainda persistem desafios relacionados com as taxas de juro que, segundo alguns empresários, sufocam os objectivos da agremiação, prejudicando o financiamento das Pequenas e Médias Empresas (PME), sem descartar a situação de insegurança que se vive em Cabo Delgado.

Apesar do contexto adverso, o Presidente da República revelou que, em 2023 Moçambique recebeu 139 mil milhões de meticalis cerca de 2,2 mil milhões de dólares para investimento, atestando o "bom desempenho" face à "concorrência" de outros países.

Por seu turno, Carla Loveira, reiterou que o PAE, aprovado pelo Governo no ano de 2022, no seu compromisso de reverter a situação da economia de Moçambique, que nos anos recentes tem enfrentado desafios significativos devido a choques internos e externos, como a suspensão do apoio externo ao nosso Orçamento do Estado, problemas de segurança em Cabo Delgado, impactos devastadores da pandemia da Covid-19 e desastres naturais frequentes, como ciclones e inundações, que resultaram em

custos directos significativos e desaceleraram o crescimento económico, entre outros, visa colocar o sector privado no centro desta transformação económica. *As medidas incluem incentivos para o crescimento dos sectores chave, a melhoria do ambiente de negócios e outras acções para aumentar a transparência e a eficiência governamental, diante dos esforços e acções tomadas. Assim, a economia nacional mostra sinais de recuperação e a projecção actual indica um crescimento de 6% para o biênio 2023-2025,* reiterou.

De acordo com a vice-ministra, em relação ao pacote fiscal, até Dezembro de 2022, os esforços conjugados da Assembleia da República e do Governo, possibilitaram a revisão e consequente aprovação pelos órgãos legislativos a um número de instrumen-



tos, mais especificamente, foi reduzida a alíquota do IVA em um por cento e aplicada a isenção deste a factores de produção como a agricultura e eletrificação. Além disso, foi reduzida a alíquota do IRPC de 32 para 10 por cento para a agricultura, aquacultura e transportes urbanos.

*Visando combater uma evasão fiscal histórica no sector da exploração de recursos minerais, foi contratada uma empresa para conduzir as operações de quantificação e especificação da exportação dos recursos naturais. Foram igualmente estabelecidos boletins de preços de referência que colocam os minerais moçambicanos no seu valor devido, tendo numa primeira fase registado-se um aumento de 30% na receita de impostos do sector mineiro no último trimestre de 2023, em comparação com o mesmo período de 2022, disse.*

A fonte considera que foram observados grandes avanços na criação do Fundo de Garantia Mutuária, como a contratação da estrutura de gestão e a aprovação dos decretos necessários para o estabelecimento deste instrumento pioneiro em Moçambique. Neste momento, está em curso o fecho do modelo económico e a disciplina de operacionalização em coordenação com o Banco Central, bem como a estruturação de uma linha de crédito e respectivo modelo de funcionamento com o apoio do Banco Nacional de Investimento (BNI).

*Os desafios ainda são muitos, e olhando para o futuro, o nosso foco permanece firme na aceleração destas reformas. As medidas vindouras visam reduzir ainda mais os obstáculos burocráticos, melhorar as infraestruturas digitais e fomentar um modelo de crescimento económico mais inclusivo que beneficie todos os sectores da nossa sociedade. Neste contexto, apelo ao sector privado e aos nossos valiosos parceiros para aprofundarem o*



*seu envolvimento com estas medidas. O apoio e investimento contínuo são cruciais à medida que nos esforçamos para melhorar a nossa infraestrutura económica, particularmente em áreas críticas para o nosso desenvolvimento nacional, como energia, agricultura e inovação digital, concluiu a dirigente.*

No mesmo diapasão, no Painel sobre Política Fiscal e a Competitividade Empresarial, o Director Nacional Adjunto de Políticas Económicas e Desenvolvimento, Ângelo Nhalidade, explicou que um sistema tributário justo deve ser bem administrado para minimizar a evasão fiscal, uma vez que, ao se permitir que alguns contribuintes escapem às suas responsabilidades, isto pode causar que os restantes contribuintes tenham que suportar uma parte adicional e não devida de carga tributária. Ao alargar-se mais o sistema tributário, o Estado pode, de forma justa, distribuir a carga por todos os contribuintes, assim, um sistema tributário justo evita a existência de taxas de impostos excessivamente altas, frisou.

Nhalidade avançou igualmente que as Reformas Fiscais no âmbito do PAE permitiram a redução do Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) de 32%

para 10%, para os sectores de Agricultura, Aquacultura e Transportes Urbanos, sendo que a medida vai vigorar até 31 de Dezembro de 2025 visando melhorar a competitividade destes sectores, tornando-os mais atractivos ao investimento privado e reduzir o custo de transporte público.

Sobre a Pauta Aduaneira, a fonte garantiu que foi revista a fórmula de contagem (cálculo) das imposições aduaneiras (Direitos Aduaneiros, ICE e IVA).

Foi atualizada a franquia dos viajantes e fez-se a harmonização da Designação e da Codificação de Mercadorias, baseado em uma estrutura de códigos e respectivas descrições. O Imposto sobre o Valor Acrescentado foi reduzido a alíquota fiscal de 17 para 16%, houve a racionalização das isenções do IVA na importação de factores para os sectores de agricultura e eletrificação e a eliminação de isenções na Saúde, Educação privada, entre outros.

Concluindo, Ângelo Nhalidade referiu no que tange ao Imposto sobre a Produção Mineira (IPM) foi aprovado o Boletim de Preços de referência para a sua determinação.



# Reconstrução de Cabo Delgado

## Carla Loveira Constata Avanços no âmbito da Implementação do Projecto NCRP

**A** Vice-Ministra da Economia e Finanças considera que o Projecto de Recuperação da Crise do Norte de Moçambique (NCRP) implementado na província nortenha de Cabo Delgado, observa ganhos olhando para o grau de cumprimento das actividades realizadas, com destaque para as infraestruturas construídas e reabilitadas.



A dirigente falava na Cidade de Pemba, durante a missão de monitoria da implementação do projecto com enfoque nas infraestruturas programadas para serem entregues durante o Primeiro e Segundo Semestres do ano em curso, bem como as infraestruturas a serem disponibilizadas no ano de 2025.

A monitoria tinha como objectivos aferir o nível de realização das actividades no âmbito da reconstrução da província especificamente nos Distritos de Palma, Ancuabe e Metuge, que tem como parceiros a Agência das Nações Unidas para Serviços e Projectos (UNOPS) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Igualmente, pretendia apurar eventuais aspectos críticos associados à conclusão e entrega das obras, incluindo a verificação do progresso

das actividades de coesão social e económica.

No decurso da visita, os empreiteiros garantiram à Vice-Ministra estarem criadas todas as condições para a entrega das infraestruturas no tempo programado.

Por sua vez, Loveira mostrou-se satisfeita com o grau de execução das obras. Na mesma ocasião exortou aos empreiteiros para garantirem qualidade ao trabalho de construção, e aos gestores recomendou que verifiquem junto aos empreiteiros e fiscais a questão dos prazos pois, segundo ela, *precisamos de ser mais rigorosos no que tange à duração da obra, ao mesmo tempo que precisamos de averiguar a qualidade das mesmas e ver a questão da logística no seu todo. É preciso sermos mais organizados de modo a sermos credíveis e confiáveis perante a comunidades. Por enquanto, não nos resta mais nada se não testarmos a entrega das infraestruturas já acabadas, conforme a garantia dada pelos empreiteiros.*

Concluindo a sua intervenção, a dirigente enalteceu o trabalho dos gestores das obras tendo sublinhado que as infraestruturas em alusão devem incondicionalmente beneficiar a comunidade local, *por isso, saudamos a UNOPS por incluir outros parceiros no projecto pois, é possível ver no terreno a complementaridade das acções que estão sendo desenvolvidas.*

Por sua vez, na qualidade de coordenador do projecto, o Director Nacional de Monitoria e Avaliação, Jorge Sipanela, exaltou o curso que as actividades estão a tomar, tendo sugerido a UNOPS a verificação da logística nos locais em que decorrem as obras, referindo que *não vamos conseguir*

*alcançar um bom desempenho dos nossos técnicos que estão no terreno senão criarmos condições adequadas e seguras. Referiu ainda que e de louvar a formação do Staff pela UNOPS pois, capacitar a comunidade local e empregá-la é satisfatório.*

Por seu turno, o anfitrião do evento, o Director do Serviço Provincial da Economia e Finanças de Cabo Delgado, José Zita, falou dos desafios existentes no concenrente à segurança nos locais onde estão sendo implementadas as obras, bem como das dificuldades nas vias de acesso porque, segundo ele, *a última época chuvosa danificou alguns acessos sendo que esta situação influenciou na conclusão atempada das obras, no entanto, este desafio vem sendo ultrapassado pois os técnicos estão no terreno e os trabalhos decorrem na medida do possível,* frisou Zita.

Os parceiros foram unânimes em afirmar que estão disponíveis para continuarem a trabalhar com o Governo de Moçambique na recuperação da província de Cabo Delgado, no entanto, prevalecem constrangimentos ligados ao estágio das vias de acesso e segurança.

Refira-se que o NCRP, tem em vista a provisão de infraestruturas e meios de vida para os deslocados internos nos locais de realocação e nas comunidades hospedeiras circunvizinhas, nos distritos seguros do sul de Cabo Delgado, designadamente, Metuge, Ancuabe, Chiure, Namuno, Balama, Montepuez e Meluco.



# Visitas ao Centro de Saúde e Escola Primária de Nankumi

Relativamente ao estágio das obras de reabilitação do Centro de Saúde de Marokani, no Distrito de Ancuabe, o empreiteiro assegurou que as mesmas estão no fim e garantiu que a Unidade Sanitária será entregue no mês de Junho conforme o estipulado no contrato de trabalho.

O centro de saúde de Marokane tem capacidade para dose camas divididas em duas salas com seis cada, tem igualmente uma sala para o pré parto e uma para o parto.

Está projectado para ter uma sala para o atendimento externo, estando neste momento a fazer-se acabamentos na área reservada ao tratamento de resíduos sólidos, (lixo hospitalar). Tem também uma incineradora feita de blocos refratados, sendo que esta Unidade Sanitária vai beneficiar a comunidade local e a circunvizinha.



Centro de saúde de Marokani



Na Escola Primária de Nankumi as obras encontram-se na fase de abertura de caboucos e *viga de fundação* conforme testemunhamos, prevendo-se que sejam concluídas em Novembro do ano corrente.



A visita ao Distrito nortenho de Palma consistiu em deslocações à Escola Secundária de Palma, Mercado e Centro Multimédia Comunitário, infraestruturas reabilitadas pelo Programa de Estabilização e Beneficiários dos Kits de Processamento de Pescado e de Produção de Ovos.

Após o encontro com a Secretária Permanente Distrital, Laurinda de Fátima, a missão visitou as obras de reabilitação da Procuradoria Distrital, Conservatória do Registos e Notariado. A mesmas estão sob responsabilidade do PNUD, e constatou-se um atraso na entrega destas infraestruturas pelo facto de a reabilitação estar a 50% de execução.





Foto da ocasião após a audiência com a Secretária do Distrito de Palma



Reabilitação do Registo Civil e Notariado

As obras de construção do Centro Multimídia, a cargo da UNOPS, estão na fase de abertura de caboucos. Por seu turno, a reabilitação do mercado do peixe encontra-se na fase de mobilização do material, enquanto que a reabilitação da Escola Secundária de Palma está a 95% de execução pois, segundo o empreiteiro, *já reabilitamos sete blocos constituídos por seis salas de aulas por cada bloco, uma biblioteca, um laboratório, uma sala de informática, dois sanitários e também reabilitamos um "cantinho" de saúde. A Escola tem capacidade para 140 carteiras já adquiridas e está quase pronta a ser entregue.*



Abertura de caboucos do Centro Multimídia



vista parcial da Escola Secundária de Palma

Ainda em Palma, a Vice-Ministra apelou a melhor coordenação e articulação dos diversos intervenientes a partir do Governo central, provincial, distrital, parceiros e empreiteiros, para o sucesso de todas as actividades orientadas pelo Presidente da República *é preciso que a comunicação flua como deve ser sob o risco das obras não terem o desfecho desejado, pela má coordenação das actividades*, frisou Loveira, tendo enaltecido o desenvolvimento das infraestruturas, bem como o empenho da UNOPS, dos empreiteiros e da comunidade beneficiária na materialização do projecto.

Em paralelo, às comunidades beneficiárias do Kit de Produção de Ovos, Carla Loveira saudou a implementação do projecto e sublinhou que a produção de

ovos deve em primeiro lugar beneficiar a comunidade local, para posteriormente ajudar a comunidade circunvizinha. A comunidade mostrou-se satisfeita com a sua capacidade de produzir 75 ovos por dia o que, no entendimento dos beneficiários, representa uma grande conquista. No distrito de Metuge, Posto Administrativo de Naminawe, a Vice-Ministra da Economia e Finanças, inteirou-se das obras de construção da Escola Primária

Completa de Naminawe que encontra-se na fase de levantamento de paredes. Igualmente visitou a obra de construção do Centro de Saúde de Tipo II de Naminawe que está num estágio de acabamentos, devendo ser entregue em breve. Relativamente às obras de construção do mercado e espaço multiuso de Naminawe a empreitada encontra-se numa fase inicial que consiste na abertura de caboucos.







Na ocasião, a dirigente mostrou-se satisfeita com o estágio das obras do mercado e centro de saúde, tendo reconhecido os progressos em curso. *As obras estão num bom ritmo, isso é positivo, concluiu.*



Centro de Saúde de Naminawe



Salas de aula e Casa dos Professores na EPC de Naminawe



Abertura de caboucos para a construção do mercado e de espaço multiuso de Naminawe



# Lançado Portal de Gestão de Activos de Moçambique

*A criação do Portal de Gestão de Activos é um passo fundamental para promover a transparência e o acesso à informação - Considera Carla Loveira*



O Ministério da Economia e Finanças (MEF) procedeu ao lançamento do Portal de Gestão de Activos de Moçambique, acto que decorre da aprovação do Regulamento de Gestão de Activos Apreendidos e de Procedimentos Administrativos do Gabinete de Gestão de Activos.

Para a Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Loveira, que intervém na ocasião, trata-se de um marco significativo e histórico nos esforços para fortalecer a transparência, a eficiência e a responsabilidade na gestão de activos, especial-

mente no contexto das acções contra o crime organizado. *As receitas provenientes da venda de bens recuperados serão utilizadas, nos termos da legislação em vigor, para financiar as actividades tanto do Gabinete Central de Recuperação de Activos, como do Gabinete de Gestão de Activos, com o objetivo de torná-los auto-sustentáveis, bem como, reforçar as receitas do Orçamento do Estado. Assim, é possível criar um ciclo virtuoso onde o resultado financeiro da gestão de activos, seja canalizado em parte para*

*políticas públicas através do reforço a capacidade de investigação e combate ao crime organizado, promovendo em última instância um País mais seguro e livre do crime organizado e transnacional, sendo, por isso, atractivo ao investimento público.*

A fonte garantiu que o Gabinete de Gestão de Activos recentemente criado a nível do MEF já efectuou a avaliação e afectação de bens móveis e imóveis, dos quais 19 foram alocados para uso por diversas entidades da



Administração Pública no País e 12 imóveis arrendados. Igualmente, até à data, 48 veículos apreendidos a organizações criminosas já foram atribuídos a entidades da administração pública que trabalham no sector de segurança, saúde, educação e penitenciárias, bem como, ao Serviço Nacional de Investigação Criminal de Moçambique. Foram igualmente alocados 24 frigoríficos ao Hospital Central de Maputo. *Estas alocações demonstram de forma muito clara como é que os bens obtidos ilicitamente e recuperados podem ser utilizados em benefício da sociedade, e foi com vista a assegurar a transparência e prestação de contas à sociedade que o Gabinete de Gestão de Activos criou um portal para a divulgação de todos os actos de gestão de activos em Moçambique, acessível a qualquer interessado na sua consulta. A criação do Portal de Gestão de Activos é um passo fundamental para promover a transparência e o acesso à informação,* sublinhou a vice-ministra, acrescentando que o mesmo não irá apenas fornecer informação abrangente sobre as operações e resultados, mas também servirá como uma ferramenta vital para promover a responsabilidade e a participação pública nos esforços empreendidos no combate ao crime organizado.

Gestão de Activos de Moçambique, acto que decorre da aprovação do Regulamento de Gestão de Activos Apreendidos e de Procedimentos Administrativos do Gabinete de Gestão de Activos. *Esta ferramenta possibilita igualmente a produção de vários tipos de relatórios detalhados sobre a gestão de bens apreendidos, permitindo ao utilizador aplicar filtros por província, ano de apreensão, tipo de bem e tipo de crime; bem como, permite obter, em tempo real, informações sobre a afectação dos bens apreendidos, tais como venda em leilão, locação, afectação ao uso público, doação, entre outros dados essenciais.*



*Esperamos através desta plataforma assegurar o acesso à informação de forma dinâmica, organizada e necessária para o cumprimento do princípio da transparência e publicidade na administração pública,* finalizou.

Por seu turno, a Directora Nacional do Património do Estado, Albertina Fruquia, referiu que o Gabinete de Gestão de Activos no seu plano estratégico vai garantir a aplicação da justiça por meio da transformação de activos oriundos do crime em recursos para as políticas públicas, afectação de activos aos órgãos públicos e arrendamento à sociedade civil.

Vai igualmente administrar activos e bens apreendidos ou recuperados à favor do Estado, conservar, proteger e gerir os activos e bens à guarda do Estado, *de forma diligente e zelosa, determinar a alienação, capitalização, venda, afectação ao serviço público ou destruição como também deverá proceder ao exame e registo da avaliação de bens apreendidos ou recuperados à favor do Estado. Está criada a parceria com a Bolsa de Mercadorias de Moçambique para a realização de Leilões electrónicos através do Sistema de Informação e Negociação de Mercadorias - SINEM, desenvolvida pelo Centro de Desenvolvimento*



de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF).

De recordar que o Regulamento de Gestão de Activos Apreendidos e de Procedimentos Administrativos do Gabinete de Gestão de Activos foi aprovado pelo Decreto nº31/2023, de 30 de Maio e regulamenta, a Lei nº 13/2020, de 23 de Dezembro. Esta legislação veio permitir que o Gabinete operasse de maneira mais eficiente e eficaz.

## Carla Loveira Exalta Avanços Recentes Observados na Digitalização e Modernização dos Serviços Financeiros Nacionais



**O**s serviços financeiros têm uma contribuição significativa no crescimento económico moçambicano. Em 2023, perante as adversidades naturais e humanas, registamos um crescimento económico de 5.01% tendo os serviços financeiros registado um desempenho de 4.6% fruto da sua expansão e inovação que permitiu maior inclusão financeira. Hoje mais de 31% da população tem acesso a serviços financeiros bancários, cerca de 70% da população adulta possui uma conta de moeda eletrónica e com 99% de cobertura por agentes não bancários.

Na Segunda Edição da Conferência do Sector da Banca, Serviços Financeiros e Seguros (BFSI), realizada sob o lema “Transformando o sector BFSI para Impulsionar o Desenvolvimento do Conteúdo Local e a Integração nos Mega Projectos”, a Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Loveira,

exalta os avanços recentes observados na digitalização e modernização dos serviços financeiros nacionais.

Loveira recordou aos presentes que na Primeira Edição da conferência realizada em 2023 debateu-se sobre a “Transformação Digital para um Sistema Financeiro Inclusivo, Sustentável e o Desenvolvimento da Indústria de BFSI”, tendo em vista a destacar a reforma legal da arquitectura financeira nacional, a fim de criar de um ambiente favorável às inovações e práticas emergentes que prometem revolucionar o sector financeiro no país.

Neste contexto, releva-se importante fazer referência a alguns avanços recentes observados na digitalização e modernização dos serviços financeiros nacionais, como são os casos de interoperabilidade entre as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (ICSF) consagrada na Lei das Insti-

*Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, que já é uma realidade desde o ano de 2014, através da obrigatoriedade de partilha de uma rede única nacional, tendo mais recentemente passado igualmente a interoperar com as instituições de moeda eletrónica, proporcionando benefícios significativos para os operadores do sistema financeiro e para o cidadão em termos de eficiência, integração dos sistemas, qualidade, inovação e colaboração.*

A dirigente destacou igualmente a interoperabilidade entre o Sistema Electrónico de Administração Financeira do Estado (e-SISTAFE) e as Carteiras Móveis, permitindo pagamentos via Instituições de Moeda Electrónica aos beneficiários da Acção Social, contribuindo para a massificação, celeridade, controlo e transparência destes pagamentos.



*Para o efeito, há necessidade de os operadores do sistema financeiro nacional continuarem a colaborar no aprimoramento e consolidação deste ganho de interoperabilidade para a inclusão financeira nacional. Por isso, enalteçemos os esforços empreendidos por este sector na busca contínua de soluções inovadoras para a melhoria dos níveis de acesso e utilização de serviços financeiros inovadores e inclusivos pela população moçambicana.*

A Vice-Ministra sublinhou que a consolidação da modernização e inovação das tecnologias de comunicação e informação pelas instituições financeiras e não financeiras também constitui uma realidade, tendo destacado que o uso do Número Único de Identificação Bancária (NUIB) já é uma realidade no nosso país, dotando os intervenientes do sistema financeiro nacional de um meio mais eficiente para a salvaguarda das operações, um mecanismo condicente com a evolução tecnológica que tem vindo a assistir-se no nosso mercado.

A introdução da tecnologia de pagamentos de cartões bancários contacless pelo sistema bancário nacional e o lançamento da 5ª

Edição do Sandbox Regulatório do Banco de Moçambique espelham alguns dos avanços na digitalização financeira promovendo a concorrência e eficiência no mercado nacional.

Adicionalmente, a adesão pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM) da Plataforma Bank Supervision Application (BSA) que integra diversos sub-sistemas de apoio ao processo de produção estatística, supervisão e fiscalização da actividade de seguros e de pensões em Moçambique, representa outro marco assinalável na digitalização da fiscalização da actividade seguradora que apraz-nos ressaltar.

Por forma a prover serviços públicos digitais mais acessíveis e com qualidade, o Governo de Moçambique está a elaborar instrumentos que possam garantir o alinhamento de princípios, objectivos e iniciativas que nortearão a Transformação Digital por meio de tecnologias digitais junto a todos os órgãos da administração pública e da sociedade.

A terminar, reiteramos o compromisso do Governo de continuar a trabalhar com o sistema financeiro nacional no investimento da

*inovação tecnológica para o mercado financeiro, seguros e em infraestruturas de telecomunicações, desde a expansão de redes de fibra óptica ao desenvolvimento de centros de dados para suportar serviços digitais e de pagamentos.*

Paralelamente, o PCA dos Aeroportos de Moçambique e Presidente da Comissão BFSI, Américo Muchanga, frisou que, com a implementação com sucesso de reformas importantes no sector financeiro no país, melhorou-se substancialmente o desenvolvimento deste sector, *é por isso que nesta edição 2024, temos uma plataforma única para o diálogo, colaboração e criação de soluções inovadoras para os desafios mais urgentes do sector, pois, o evento é fundamental para o país e para o continente africano no seu todo. Vamos buscar em conjunto soluções inovadoras para os desafios actuais e capitalizar as oportunidades emergentes no sector de BFSI para reflectir sobre a jornada desde a conferência anterior realizada no ano passa-*



## Carla Louveira participa da 6ª Reunião do Comité Directivo do Compacto Lusófono



O encontro realizado à margem das Reuniões Anuais do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) tinha como principal objectivo avaliar a implementação dos acordos de financiamento firmados no Compacto Lusófono, debruçar-se sobre o Programa de Trabalho de Meio Termo 2024-2027 e apresentar o novo membro do Compacto Lusófono, Brasil. Foram igualmente apresentados novos parceiros internacionais, *International Finance Corporation (IFC)* e *African Trade and Investment Development Insurance (ATIDI)*.

Chamados a partilhar as reformas em curso nos países, a Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira fez saber que Moçambique está a implementar, com assistência técnica do Compacto Lusófono, reformas fiscais, normativas e legais, com destaque para aprovação do Fundo de Garantia Mutuária, Fundo Soberano de Moçambique Boletins de Preços de

Referência de Minerais, que colocam os minerais moçambicanos no seu valor devido e já numa primeira fase registou-se um aumento de 30% na receita de impostos do setor mineiro no último trimestre de 2023, em comparação com o mesmo período de 2022.

A iniciativa do Compacto Lusófono centra-se em 3 pilares, tais são, os instrumentos de financiamento para o sector privado; a assistência técnica e a mitigação de riscos e garantias.

Intervindo na ocasião, Louveira referiu que Moçambique hoje em dia, é um país com maior número de projectos em carteira, no âmbito do Compacto Lusófono, sendo que actualmente tem 9 projectos, dos quais um já foi aprovado (Complexo Hidroeléctrico de Cahora Bassa).

Há 7 projectos em estágio de pré-pipeline, nomeadamente a

*Produção e processamento de 5.000 toneladas de extracto de tomate, criação de um hospital dedicado à saúde da mulher e da criança na Matola, Projecto de Reflorestação de Chokwe, Parque Agro-industrial, Projecto de agricultura modular de 3.000 hectares, Projecto de Parque Eólico de 60 MW e o Projecto de usina hidroeléctrica a fio d'água de 1.300 MW, sublinhou a dirigente acrescentando que para além disso, o Compacto Lusófono aprovou um financiamento aos Caminhos de Ferro de Moçambique no valor 40 milhões de USD para infraestruturas e conta com um Fundo Fiduciário, uma iniciativa que está sendo estruturada pelo African Development Bank (AfDB) destinado a mobilizar recursos para melhoria de ambiente de negócios, assistência técnica para preparação e execução de projectos.*



## Moçambique e Coreia do Sul Renovam Parceria



O Governo da República da Coreia do Sul renovou oficialmente a sua parceria com o Governo moçambicano para os próximos 5 anos (2024-2028) através da assinatura do Acordo Quadro Relativo a Empréstimos do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento Económico (EDFC), cujo volume de financiamento é de cerca de 1 bilião de dólares norte americanos.

Na cerimónia realizada em Seoul, capital da Coreia do Sul, o Governo de Moçambique foi representado pelo Vice-Ministro da Economia e Finanças, Amílcar Paia Tivane, e o Sul coreano Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Cho Tae-yul.

## Plano e Orçamento do Governo Promove Equidade de Género



O Vice-Ministro da Economia e Finanças, afirmou que o Governo de Moçambique, através dos seus instrumentos de planificação e orçamentação, tem como um dos objectivos promover a equidade de género, garantido a igualdade de oportunidades para homens e mulheres, reduzindo as disparidades em termos de acesso a recursos financeiros e serviços, e combatendo a discriminação de género em todas as esferas da vida.

Amílcar Tivane, falava em Maputo, durante a conferência anual intitulada *Mulheres na Economia*, um evento cujo propósito é estabelecer um es-

paço estratégico de reflexão e construção de uma agenda inclusiva de desenvolvimento económico.

Neste contexto, Tivane assegurou que o Governo aprovou e depositou na Assembleia da República (AR) a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) 2025-2044 tendo sublinhado que segundo a Lei 14/2020 de 23 de Dezembro, a ENDE deve ser aprovada pela AR e deve servir de base para a elaboração de todos outros instrumentos de planificação e orçamentação.

*A nova proposta da ENDE contempla como um dos objectivos no seu PILAR II relativo à Transfor-*



mação social, a Promoção da equidade de género garantindo a igualdade de oportunidades para homens e mulheres, reduzindo as disparidades de género em termos de acesso a recursos e serviços, e combatendo a discriminação de género em todas as esferas da vida, e como meta para os próximos 20 anos, a melhoria do Índice de Desenvolvimento do Género (IDG) de 0,45 pontos para 5 pontos, anotou.

Para o Vice-ministro, as acções de empoderamento da mulher enquadram-se no Pilar I do Programa Quinquenal do Governo (2020-2024), Desenvolver o Capital Humano e Justiça Social. Em 2023, este pilar absorveu 44,6% do total de recursos do Orçamento do Estado contra 10,9% em 2022, estando programado, para 2024, 37,4% do total dos recursos do Orçamento do Estado para o desenvolvimento do capital humano e justiça social. Este desiderato, de um maior investimento nas mulheres, é materializado por um conjunto de medidas de política, com enfoque nas áreas de educação, saúde e acção social, pelo seu papel e relevância para a manutenção da estabilidade social e desenvolvimento económico e por representarem 51% do total da população economicamente activa do nosso país.

Outrossim, Tivane acrescentou que em linha com o objectivo de

garantir o desenvolvimento sócio económico do País o Governo tem envidado esforços para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's) no âmbito dos compromissos assumidos a nível nacional e internacional, por meio de um Plano de Acção Global de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030).

Para o efeito, em 2023 o Governo alocou 5,9% do total de recursos orçamentais e, em 2024, programou 5% dos recursos para a materialização do ODS 5 relativo à Igualdade de Género, bem como, tem alocado nos últimos cinco anos cerca de 14 mil milhões

de MT para a área de Género, Mulher e Acção Social priorizando os programas de Assistência Social para agregados familiares chefiados por mulheres, sublinhou Tivane.

A terminar, o dirigente enfatizou a sua convicção de que os resultados da conferência irão contribuir para reforçar a sensibilidade e o engajamento dos diferentes actores chave, para acelerar a inclusão da mulher em actividades produtivas, desenvolvidas com o intuito de alcançar-se o tão almejado progresso socioeconómico, da mulher e da sociedade moçambicana como um todo.

## MEF no 2º Fórum de Governança Financeira e Lançamento do 3º Fórum







O Secretário Permanente (SP) do Ministério da Economia e Finanças, (MEF) participou em Maputo no 2º Fórum de Governança Financeira (BGF) e no Lançamento do 3º Fórum. O evento visava aprofundar as melhorias e desafios na gestão municipal, tendo em conta a experiência colhida nos programas da União Europeia e parceiros.

Sob o lema *“Experiências e Inovações para o Fortalecimento da Governança Multinível”*, o evento de dois dias foi organizado pelo Governo de Moçambique em cooperação com os parceiros de Cooperação Internacional (Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), União Europeia e a Embaixada da Suíça) e Sociedade Civil e as autoridades municipais de 26 municípios das províncias de Inhambane, Sofala, Nampula e Niassa, para celebrar a cooperação e os resultados alcançados no Programa Boa Governança Financeira Fase 2, bem como marcar a transição para o início do 3º Fórum (Outubro de 2023 – Setembro de 2026 – Fase 3).

Intervindo na sessão plenária no tema BGF 3 em perspetiva, que políticas e estratégicas públicas são fundamentais para uma melhor governação financeira e para o desenvolvimento municipal, o SP do MEF, Domingos Lambo, sublinhou ser crucial realizar colectivamente actividades que vão permitir que os cidadãos tenham uma vida melhor como indivíduos que estão num país como o nosso que está constantemente a procura de servir com responsabilidade solidariedade o povo moçambicano. *Por este e mais motivos precisamos de ter uma Administração Pública como motor da estratégia de desenvolvimento e coesão nacional que vai incrementar novas formas de associação dos cidadãos à gestão das cidades e demais localidades, numa lógica de proximidade, saber ouvir aquilo que são os entraves do desenvolvimento municipal, é preciso ter o feedback daquilo que fazemos como gestores dos municípios onde já foi implementada a BGF*, frisou.

Para a Directora Nacional Adjunta

da Planificação e Orçamento, Cristina Matusse, no tema sobre a profissionalização do serviço público como peça-chave para entidades descentralizadas disse ser fundamental a formação em administração pública que possa responder aos desafios da descentralização *uma vez que existem Institutos de Formação em Administração Pública e Autárquica (IFAPA) estes, devem estar preparados para responder aos desafios impostos pela descentralização em Moçambique de modo a melhorar a qualidade de serviços prestados pelos servidores públicos ao cidadão.*

Este Fórum de carácter anual, é um espaço que no geral visa partilhar lições aprendidas, experiências e práticas relevantes para os processos de descentralização e boa governação financeira, estimular o debate bem como a colaboração horizontal e vertical entre os parceiros do programa BGF e outros actores relevantes e identificar interligações temáticas ou institucionais.





## Banco Alemão de Desenvolvimento disponibiliza 12 milhões de Euros para apoiar agronegócios em Moçambique com um foco especial no Vale do Zambeze



A Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze (Agência do Zambeze) e a Cooperação Alemã através do KfW – Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) assinaram, na terça-feira, 21 de Maio de 2024, um acordo de subvenção orçado em 12 milhões de euros.

O montante destina-se a estabelecer um mecanismo de financiamento ao desenvolvimento de cadeias de valor de modo a permitir o acesso facilitado das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e os pequenos produtores que actuam no sector do agronegócio com um foco especial na região do Vale do Zambeze, que abrange a Província de Tete e parte de Manica, Sofala e Zambézia.

De acordo com a Chefe da Cooperação na Embaixada da República Federal da Alemanha, em Moçambique, Christine de Barros Said, o acordo de financiamento visa criar empregos e oportunidades de rendimento para os pequenos agricultores nas zonas rurais, apo-

ando a bancarização das empresas líderes da cadeia de valor no sector agrícola.

*“Espero que este programa ajude as empresas e os pequenos agricultores a crescer o seu negócio, a criar empregos e a alimentar a crescente população moçambicana, tornando assim Moçambique cada vez mais próspero” - apelou a Chefe da Cooperação Alemã.*

Segundo a diplomata, o programa visa complementar os actuais programas de linhas de crédito da Cooperação Financeira Alemã, no valor de cerca de 41 milhões de euros, através do KfW e do Banco de Moçambique.

Já o Director-Geral da Agência do Zambeze, Roberto Albino, avançou que a subvenção destina-se a “estabelecer um mecanismo de suporte e apoio as MPMEs

por via de cobertura do valor de colateral, até 50%, que permitirá aumentar o seu acesso ao financiamento bonificado, entre 8-10%”.

O dirigente explicou ainda que o montante, disponibilizado pelo KfW e o Banco Central (de Moçambique), operacionalizado pelos bancos comerciais, é parte de um valor na ordem de 41 milhões de Euros, destinados a apoiar o sector de agronegócios nacional com enfoque na região do Vale do Zambeze, que abrange as Províncias de Manica, Tete, Zambézia e Sofala.

O evento contou com a presença do Director-Geral da Agência do Zambeze, Roberto Albino, Chefe da Cooperação na Embaixada da República Federal da Alemanha, Christine de Barros Said, Director da KfW- Banco Alemão de Desenvolvimento em Maputo, Steffen Beitz, quadros do Ministério da Economia e Finanças, entre outros.



# MEF em Seminário de Validação do Relatório de Progresso dos ODS em Moçambique



O Ministério da Economia e Finanças (MEF) organizou em Maputo, o Seminário de Validação do Relatório de Progresso dos ODS no País e de Preparação do Processo de Elaboração da Segunda Revisão Nacional Voluntária (RNV) de Moçambique prevista para o ano 2025, com a Sociedade Civil.

Para além da validação do Relatório Sobre o Progresso dos ODS, o evento definiu um roteiro e programa de trabalhos para a preparação da Revisão Nacional de Moçambique de 2025 e revisões voluntárias de âmbito local (RLV).

Na sua intervenção, o Director Nacional de Monitoria e Avaliação, Jorge Sipanela, disse que a Agenda 2030 prevê, dentre outros aspectos, um processo de acompanhamento e revisão da sua implementação a nível global, regional, sectorial, nacional e subnacional, envolvendo a todos os actores de desenvolvimento, incluindo os grupos vulneráveis, sob os auspíci-

os do Conselho Económico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU). Espera-se igualmente a realização de encontros do Fórum Político de Alto Nível que decorrem em Julho de cada ano.

Sipanela informou que em Setembro de 2015, Moçambique, junto de outros 192 Estados Membros das Nações Unidas, adoptou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, concebida como um plano de acção para as pessoas, o planeta e a prosperidade, e que busca a erradicação da pobreza, a promoção da vida digna para todos e o fortalecimento da paz universal, a través da implementação dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas.

*A nível nacional estes processos de acompanhamento e revisão da implementação da Agenda 2030, são realizados através da preparação de Revisões Nacionais*

*Voluntárias (RNVs), a serem partilhadas pelos Estados Membros das Nações Unidas em cada 4 ou 5 anos, no Fórum Político de Alto Nível da ONU. Moçambique apresentou o seu primeiro Relatório Voluntário Nacional em Julho de 2020, após um processo de preparação que decorreu ao longo de vários meses, entre 2019 e 2020, seguindo um processo consultivo coordenado pelo Ministério da Economia e Finanças e na base duma análise pormenorizada dos dados e documentação existente. O RNV de 2020 serviu para dar o ponto de partida da implementação da Agenda 2030 em Moçambique, assim como para a identificação das principais linhas de intervenção do Governo e dos outros actores para o desenvolvimento no alcance dos ODS até 2030.*

Para o titular de Monitoria e Avaliação, transcorridos já quase quatro anos desde a partilha do seu primeiro RNV, muitos progre-



ssos foram registados, dentre outros, o estabelecimento do novo mecanismo de governação descentralizada a nível provincial, a implementação da lei das autarquias locais, e início dos processos de localização dos ODS, tanto a nível provincial como municipal, apoiados por vários parceiros e coordenados pelo Ministério da Economia e Finanças.

*Igualmente foi desenvolvido o Quadro Nacional de Indicadores (QNI) para os ODS e foi criado o Grupo Nacional de Referência dos ODS e os Grupos Provinciais de Referência dos ODS. Ambos mecanismos são fundamentais para garantir a participação e a universalidade da Agenda 2030 em Moçambique. Além disso, o Governo está a iniciar o novo processo de planificação quinquenal e tem pela frente a aprovação da sua estratégia de longo prazo, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2023-2042), devidamente alinhada com os ODS, referiu.*

A fonte considera que para captar-se os esforços feitos na implementação da Agenda 2030 em Moçambique e os avanços no alcance dos ODS, o MEF está em processo de elaborar o primeiro “Relatório Sobre o Progresso dos ODS em Moçambique”. Este relatório de monitoria apresenta uma análise pormenorizado, meta por meta, do ponto de situação dos ODS em Moçambique e das principais linhas de intervenção do Governo. Neste sentido, este relatório, que o MEF irá submeter para aprovação do Conselho de Ministros, constitui uma peça chave no processo de acompanhamento e revisão da implementação da Agenda 2030 no país.

*Baseado nos instrumentos e nas realizações acima descritas, o Governo de Moçambique tomou a decisão de preparar um segundo RNV a ser partilhado no Fórum Político de Alto Nível da ONU, em Julho de 2025, cujo processo de preparação irá permitir analisar o*

*grau de implementação da Agenda 2030 no país, apresentar os progressos atingidos, incluindo a articulação de intervenções chave que tenham contribuído para a sua consecução, assim como para definir as áreas prioritárias para acelerar a implementação dos ODS nos próximos 5 ou 7 anos, até 2030.*

A preparação do RNV de 2025 irá privilegiar o envolvimento de todos os intervenientes de nível central, provincial, distrital e municipal, através de consultas, seminários e inquéritos a vários actores, e adopção de outros métodos utilizados na primeira revisão voluntária dos ODS.

O evento de um (1) dia, juntou representantes dos membros do Grupo Nacional de Referência (GNR) dos ODS, nomeadamente representantes do Governo, INE, sociedade civil, sector privado, Nações Unidas e outros parceiros da cooperação,

## Técnicos do MEF Capacitados em Mobilização Doméstica de Receitas



Decorreu de 3 a 7 de Junho, o 3º retiro do TEDI sobre Mobilização Doméstica de Receitas com participação de quadros do MEF e da AT.

A formação consistiu em aulas teóricas e casos práticos, incluíram princípios económicos e jurídicos

do IVA, IRPS, IRPC e do ICE, Benefícios Fiscais, Evasão do imposto e Estratégias de política fiscal.

Foi particularmente bem recebida a intervenção de uma representante do sector privado, Patrícia

Quirino da PwC Moçambique, que que discursou sobre a visão do sector privado em relação aos benefícios fiscais, ficando claro que, para além da concessão de benefícios fiscais atrativos, para atrair investimento e apoiar o



desenvolvimento do sector privado, é necessário investir na melhoria do ambiente de negócios garantido certeza e clareza e homogeneidade na aplicação das normas fiscais, celeridade processual, digitalização do cumprimento de obrigações, entre outros.

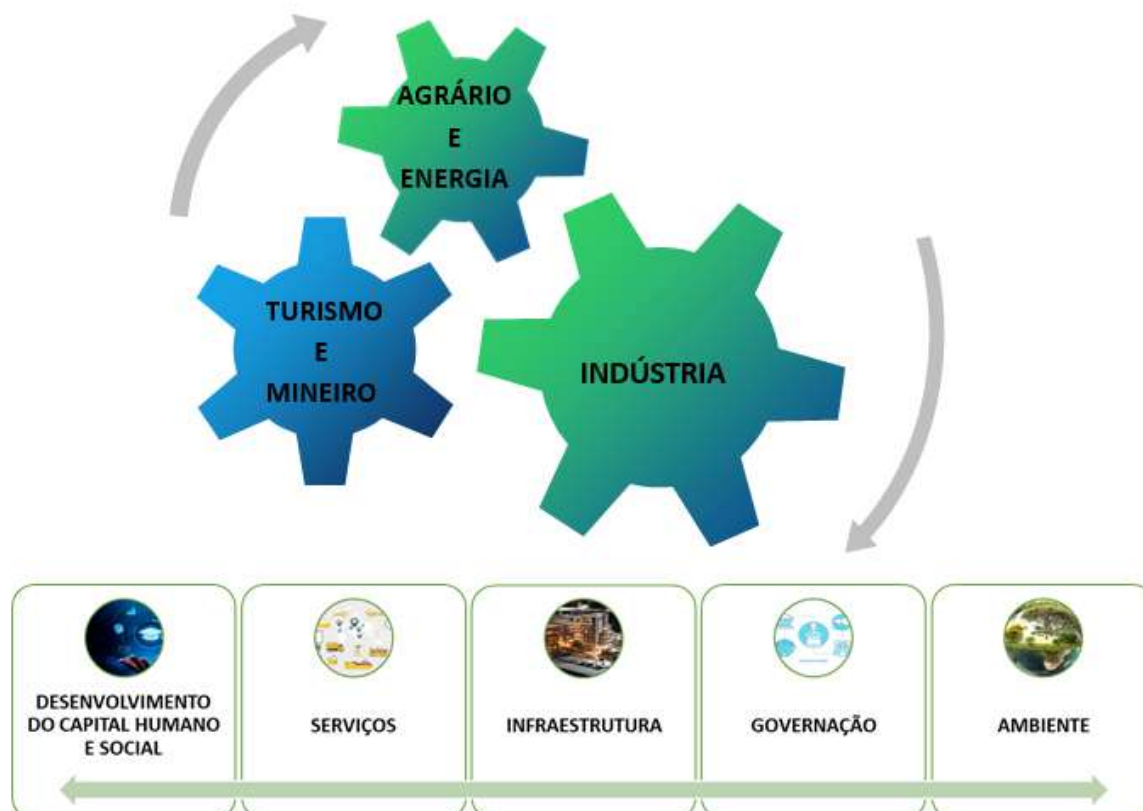
O retiro foi o terceiro de uma série de formações intensivas sobre a política tributária, ministrados pelo projecto TEDI com o objectivo de apoiar o Governo de Moçambique na definição, análise e avaliação de políticas fiscais que geram receitas de forma sustentável e equitativa. O projecto TEDI é de 5 anos de assistência técnica ao Ministério da Economia e Finanças e à Autoridade Tributária de Moçambique, com enfoque sobre 4 elementos principais, a Auditoria Tributária; Tributação de Recursos Naturais; Política Tributária, e Género e Inclusão Social na tributação.

## Conselho de Ministros aprova a ENDE 2025-2044

A ENDE é um instrumento de Planificação e Orçamentação estratégico e que visa moldar o futuro de Moçambique nos próximos 20 anos. A Estratégia surge como resposta aos desafios e oportunidades que o País enfrenta, em busca de um desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente.

O Modelo de Desenvolvimento adopta uma abordagem integrada, reconhecendo a interdependência entre os diversos sectores da economia e a importância de políticas coordenadas para alcançar os objectivos de crescimento económico e desenvolvimento sustentável. Parcerias público privadas, cooperação internacional e participação das organizações não governamentais serão essenciais para o sucesso da implementação deste modelo.

O modelo apresenta a distinção entre os sectores estratégicos principais, que são aqueles que são diretamente focados no crescimento económico e na transformação estrutural da economia, e os sectores estratégicos de suporte, que são aqueles que oferecem suporte e facilitam o desenvolvimento desses sectores principais. Conforme ilustra a figura abaixo:



Para mais informações visite a página do MEF: [www.mef.gov.mz](http://www.mef.gov.mz)



# Conselho de Ministros aprovou o CFMP 2025-2027

O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) apresenta uma análise detalhada das perspectivas económicas e fiscais do país para os próximos três anos (2025-2027). Este documento é crucial para entender as tendências económicas actuais, identificar desafios e explorar oportunidades que moldarão a política fiscal no médio prazo. Este instrumento serve como base para a planificação e a orçamentação eficazes, permitindo ao Governo ajustar suas políticas conforme as condições económicas evoluem.

As projeções indicam um crescimento moderado do Produto Interno Bruto (PIB), impulsionado tanto pela demanda doméstica quanto pela externa. Prevê-se que o PIB aumente de 1,3 bilhões de meticais em 2023 para 1,5 bilhões de meticais em 2024, alcançando 1,6 bilhões de Meticais em 2025.

Espera-se que a inflação se mantenha dentro da banda 4,5-5,5% entre 2025 e 2027 alinhada ao objectivo de manter a inflação em um dígito, embora sujeita a

pressões de choques de oferta e aumentos nos preços das commodities, especialmente alimentos e energia.

No campo fiscal, o país enfrenta um défice orçamental significativo, que foi de 8,1% do PIB em 2023. Espera-se uma ligeira redução para 8,0% do PIB em 2024, influenciado pelas pressões sobre a despesa pública, que superam os recursos arrecadados. A crescente necessidade de financiar programas sociais e realizar

investimentos em infraestrutura agrava ainda mais a situação das finanças públicas.

No entanto, espera-se uma queda mais significativa para 1,8% do PIB até 2027, com esforços de consolidação fiscal focados na contenção de despesas.

A dívida pública atingiu 73,8% do PIB em 2023, o que elevou os custos do serviço da dívida para 3,1% do PIB.

Projecta-se que a dívida pública diminua para 67,2% do PIB em 2024 e continue esta trajetória de redução, alcançando 60,5% do PIB em 2025. Esta trajetória reflecte uma estratégia fiscal focada em superávits primários e sustentabilidade fiscal.

Neste âmbito, o Governo prevê alcançar as seguintes metas fiscais até 2027:

Um rácio fiscal de 25,7% do PIB

Reduzir o rácio de salários e remunerações para 11,3% do PIB

Garantir superavit primário em cerca 4,0% do PIB até 2027 para favorecer uma trajetória decrescente da dívida pública como % do PIB

Manter um saldo primário doméstico positivo em linha com o objectivo de sustentabilidade da dívida pública.

O objectivo e as metas fiscais estabelecidas até 2027 irão reforçar a posição fiscal no médio prazo e favorecer uma trajetória decrescente do stock da dívida pública de 73,8% do PIB em 2024 para 47,2% em 2027.

Indicador	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Crescimento do PIB Real (%)	4.4	5.0	5.5	4.7	4.5	5.8
Inflação Média Anual (%)	10.3	7.1	7.0	5.0	4.7	4.5
Taxa de Câmbio (MT/USD)	63.9	63.9	63.9	63.9	63.9	63.9
<b>Receita Total (% do PIB)</b>	<b>24.3%</b>	<b>24.8%</b>	<b>24.9%</b>	<b>25.4%</b>	<b>25.5%</b>	<b>25.7%</b>
Receita de GNL (milhões de MZN)			4,268.0	5,016.2	5,003.4	5,445.0
<b>Despesa Total (% do PIB)</b>	<b>42.7%</b>	<b>43.8%</b>	<b>47.5%</b>	<b>39.8%</b>	<b>39.4%</b>	<b>38.1%</b>
Despesas de Funcionamento (% do PIB)	33.0%	32.9%	33.0%	28.3%	27.6%	27.3%
Salários e Remunerações (% do PIB)	15.9%	14.8%	12.5%	12.5%	11.9%	11.2%
Encargos da Dívida (% do PIB)	3.0%	3.9%	3.5%	2.6%	1.9%	1.3%
Pensões (% do PIB)	1.8%	1.5%	1.4%	1.4%	1.4%	1.4%
Despesas de Investimento (% do PIB)	6.6%	6.9%	10.6%	6.7%	7.2%	7.8%
Operações Financeiras Passivas (% PIB)	3.1%	4.1%	4.0%	4.8%	4.6%	3.0%
<b>Défice Fiscal (% do PIB)</b>	<b>-8.7%</b>	<b>-8.0%</b>	<b>-8.0%</b>	<b>-2.9%</b>	<b>-2.2%</b>	<b>-1.8%</b>
Saldo Primário Doméstico	-2.2%	0.2%	3.3%	3.7%	3.9%	4.0%
Dívida Pública (% do PIB)	78.6%	73.8%	67.2%	60.5%	53.9%	47.2%

Para mais informações visite a página do MEF: [www.mef.gov.mz](http://www.mef.gov.mz)

## FICHA TÉCNICA

### Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REGº/GABINFO-DEC/2009

#### Director

Alfredo Mutombene

#### Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel  
Lucrécia Nhabomba  
BOOST MEDIA, S.A

#### Redacção

Lucrécia Nhabomba  
Luís Tobela  
Felisberto Matsinhe

#### Revisão

Messias Sofrinho

#### Fotografia

Emílio Fuel  
Jaime Guibango

#### Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Nelsa (C. Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARP), Ussene Bay (Gaza), Naftal (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal Nº 272  
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067  
Maputo - Moçambique Website: [www.mef.gov.mz](http://www.mef.gov.mz)